

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 113.962 - BA (2019/0165944-2)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**RECORRENTE : N DE S S (INTERNADO)**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por N DE S S contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA.

Consta dos autos que o recorrente cumpre medida socioeducativa de internação desde 25/9/2017, na CASE Salvador, pela prática de ato infracional análogo ao crime previsto no art. 157, § 2º, I e II, do Código Penal.

Na ação originária, alegou a defesa constrangimento ilegal decorrente da ausência de formalização do "processo de execução que deveria acompanhar o cumprimento da medida socioeducativa" (e-STJ fl. 5)

Acentuou que "os processos indicados nos registros da instituição referem-se: 1) ao processo de apuração de ato infracional (processo nº. 0300449-62.2017.8.05.0004) que tramitou na comarca de Alagoinhas-BA, conforme documento em anexo (doc. 3); 2) ao processo de execução da respectiva medida de internação provisória (processo nº. 0311732-91.2017.8.05.0001) que tramitou na comarca de Salvador, porém, este já arquivado por extinção da medida provisória desde o dia 25 de julho de 2017, conforme documento em anexo (doc. 4)" (e-STJ fl. 5).

No entanto, a Corte de origem denegou a ordem, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 40):

*HABEAS CORPUS. ADOLESCENTE. MEDIDA DE INTERNAÇÃO. AUSÊNCIA DE PROCESSO DE EXECUÇÃO. INOCORRÊNCIA. PROCESSO FORMALIZADO EM AUTOS REATIVADOS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA.*

Nas razões do presente recurso ordinário, a defesa reafirma as alegações originárias, asseverando que "até o presente momento o adolescente encontra-se privado de liberdade sem que seja instaurado novo processo de execução,

violando frontalmente o disposto no artigo 39 da Lei 12.594/2012" (e-STJ fl. 57).

Diante disso, pleiteia, inclusive liminarmente, "o reconhecimento do direito do postulante de aguardar o desfecho do processo em liberdade, expedindo-se, em consequência, alvará de soltura" (e-STJ fl. 62).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito. Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator